

**Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**  
**ATA DA 93ª REUNIÃO**

Data: 05 e 06 de julho de 2016.

Local: XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB: Hotel Bahia Othon Palace, Av. Oceânica 2294, Ondina, Salvador – BA.

**REPRESENTANTES:**

1. Ministério da Fazenda: ausente
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Luiz Rogério Barreto Nascimento
3. Ministério do Meio Ambiente: SRHU - Geraldo Sandoval Góes ([geraldgoes@mma.gov.br](mailto:geraldgoes@mma.gov.br))
4. Ministério do Meio Ambiente: ANA - Marco Antônio Mota Amorim ([marco.amorim@ana.gov.br](mailto:marco.amorim@ana.gov.br))
5. Ministério de Minas e Energia: ausente
6. CERH MG/ES: ausente
7. CERH RJ/SP: CERHI – RJ: Lívia Soalheiro – ([liviasoalheiro@gmail.com](mailto:liviasoalheiro@gmail.com))
8. CERH PB/BA: CERH – BA - ausente
9. Irrigantes: CNA – Evilásio da Silva Fraga – ([evilasiofraga@uol.com.br](mailto:evilasiofraga@uol.com.br))
10. Prestadoras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: CEDAE - Eduardo S. Ribeiro Dantas ([eduardodantas@cedae.com.br](mailto:eduardodantas@cedae.com.br))
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: ABRAGE - Mônica Irion Almeida ([monica.irion@copel.com](mailto:monica.irion@copel.com))
12. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo - ausente
13. Indústria: FIESP - Zeila Chittolina Piotto ([zeila.piotto@fiesp.org.br](mailto:zeila.piotto@fiesp.org.br))
14. Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs: CBH Pardo – Renato Crivelenti ([renato.crivelenti@yahoo.com.br](mailto:renato.crivelenti@yahoo.com.br))
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Consórcio PCJ - Paulo Tinel ([operacao.agua@sanasa.com.br](mailto:operacao.agua@sanasa.com.br))
16. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: ausente
17. Organizações Não-Governamentais: FONASC-CBH – Julio Cesar O. Antunes ([jcoantunes1@gmail.com](mailto:jcoantunes1@gmail.com))

**DEMAIS PRESENTES:**

1. Agnaldo dos Santos Meira ([agnaldomeira@bol.com.br](mailto:agnaldomeira@bol.com.br))
2. Alba Evangelista Ramos ([alba.amos@adasa.df.gov.br](mailto:alba.amos@adasa.df.gov.br))
3. Ariane Donatti ([arianecd@ssrh.sp.gov.br](mailto:arianecd@ssrh.sp.gov.br))
4. Crisostumo Antonio Lima ([zo@alba.ba.gov.br](mailto:zo@alba.ba.gov.br))
5. Deivid Lucas de Oliveira ([deivid.oliveira@fiemg.com.br](mailto:deivid.oliveira@fiemg.com.br))
6. Emerson José da Silva ([strj.presidencia@bol.com.br](mailto:strj.presidencia@bol.com.br))
7. Fabio Bakker Isaias ([fabioisaias@caesb.df.gov.br](mailto:fabioisaias@caesb.df.gov.br))
8. Leonardo Sampaio Costa ([lcosta@masul.ms.gov.br](mailto:lcosta@masul.ms.gov.br))
9. Maria Aparecida Vargas ([vargasma@terra.com.br](mailto:vargasma@terra.com.br))
10. Mario Cezar Guerino ([marioguerino@saneago.com.br](mailto:marioguerino@saneago.com.br))
11. Patrice Juliana Barzan ([pbarzan@casan.com.br](mailto:pbarzan@casan.com.br))
12. Raimundo Rodrigues Alves ([alves1.rzi@hotmail.com](mailto:alves1.rzi@hotmail.com))
13. Sílvio Renato Siqueira ([srsiqueira@sabesp.com.br](mailto:srsiqueira@sabesp.com.br))
14. Jaime Teixeira Azulay

**RELATORIA:** Tarcisio Nunes (SRHU/MMA) – [tarcisio.nunes@mma.gov.br](mailto:tarcisio.nunes@mma.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:** nos dias 05 e 06 de julho de 2016, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

realizou sua 93ª reunião, em Salvador/BA, convocada há 20 dias, sob a presidência do Sr. Eduardo S. Ribeiro Dantas (CEDAE), tendo como Relator o Sr. Tarcisio Nunes (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH, e discutiu: [Item 1 - Abertura/Informes](#): o Sr. Marco (ANA) informou que a ANA assinou acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE voltado ao estudo sobre instrumentos econômicos para a gestão de recursos hídricos, notadamente sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos. O CNRH será envolvido no processo, por meio de uma metodologia participativa. Informou que a primeira missão da OCDE deverá ocorrer entre 26 a 30 de setembro deste ano. A previsão de conclusão do trabalho é novembro de 2017. Além disso, o relator fez um breve comunicado acerca das discussões e encaminhamentos da última plenária do CNRH, ocorrida no dia 29 de junho. [Item 2 – Aprovação da minuta da Ata da 92ª reunião da CTCOB](#): após alguns ajustes de redação, a minuta foi aprovada. [Item 3 – Apresentação do Relatório do Grupo de Trabalho de Entidades delegatárias - GT – ED por sua coordenadora, Sra. Zeila Piotto, e encaminhamentos](#): a Sra. Zeila (FIESP) fez uma apresentação dos principais resultados do GT – ED, que estão contidos no relatório enviado aos membros da Câmara. A apresentação abordou a criação e composição do GT, as bases legais da temática, as fontes de recursos financeiros para os entes do SINGREH, a metodologia de trabalho adotada pelo GT, os casos estudados e os principais resultados. As considerações finais e recomendações foram: 1 - Retomada, na CTCOB, da discussão da evolução da situação das delegatárias em relação a sua sustentabilidade econômico financeira, tendo em vista as metas do contrato de gestão e o exercício da função de secretaria executiva; 2 - Proposição, pelo CNRH, de procedimento contendo regras gerais para a avaliação da sustentabilidade econômico financeira das delegatárias com vistas à indicação, seleção, contratação e delegação, e 3 - Proposição, pelo CNRH, de normativa para a aplicação dos recursos da cobrança pelo setor elétrico para apoio ao custeio das delegatárias. Após breve debate e algumas dúvidas respondidas, acordou-se que a Sra. Zeila e o Sr. Jaildo realizariam os ajustes sugeridos ao texto, por alguns membros, e posteriormente o relator o enviaria aos representantes da câmara. Acordou-se ainda, que os temas debatidos no âmbito do GT - ED e seus encaminhamentos passem a ser analisados na própria câmara. [Item 4 - Mecanismos e valores de cobrança das águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu – análise de solicitação de prorrogação de prazo conforme Carta CEIVAP 31/2016, que encaminhou a Deliberação CEIVAP nº 233/2016](#): destaca-se que estavam presentes representantes das diretorias do Comitê Guandu - RJ e CEIVAP, assim como, membros da Comissão Especial Permanente de Articulação entre CEIVAP e Comitê Guandu, responsáveis pelo processo de negociação dos mecanismos e valores relacionados às águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu. O Presidente informou que após a última reunião da CTCOB houve reunião da Comissão Especial Permanente, que chegou ao entendimento em aumentar de 15 para 20% o valor de repasse dos recursos arrecadados da cobrança pelo uso da água bruta na bacia do rio Guandu para o CEIVAP. A Sra. Zeila questionou a ausência de nota técnica - NT da ANA para subsidiar a avaliação dos membros da Câmara, baseando-se na Resolução nº 48 do CNRH. Segunda ela, não seria possível debater e deliberar sobre a matéria sem a NT. Houve posicionamentos favoráveis e contrários a esse entendimento. Parte dos membros da Câmara, após ouvir os representantes das diretorias de ambos os comitês, entendeu que a situação apresentada era peculiar, tendo em vista que não se tratava de revisão de mecanismos e valores incidentes sobre usuários de água bruta e sim, um pacto negociado entre os dois comitês quanto ao percentual de repasse da cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu. Após debate e não havendo consenso, o Presidente colocou em votação duas propostas de encaminhamento: I. Prosseguir o rito de análise da matéria, sem solicitar nota técnica à ANA, e II. Solicitar à Secretaria Executiva do CNRH que providencie junto à ANA, a elaboração de nota técnica. A votação teve o seguinte resultado: quatro votos para o encaminhamento I, três votos para o encaminhamento II e três abstenções. Ao final da análise pela CTCOB, a proposta de minuta de resolução foi colocada em votação e teve o seguinte resultado: seis votos a favor, um contra e três abstenções. [Item 5 – Deliberação CBH Paranaíba nº 61, de 10 de março de 2016, que “Dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, propõe as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão na bacia hidrográfica do rio Paranaíba e dá outras providências”](#):

como não havia NT da ANA que oferecesse subsídios à tomada de decisão dos membros da Câmara, como é previsto nos normativos legais, o Presidente convidou os membros do CBH Paranaíba a explicarem a proposta de Deliberação. O Sr. Marco informou que a ANA envidará esforços para encaminhar a NT para a próxima reunião. Os membros do CBH informaram que a discussão levou cerca de cinco anos, tendo se intensificada no último ano e foi aprovada sem nenhum voto contrário. Segundo eles, foram inseridos mecanismos que incentivam o uso racional da água: reúso, redução do índice de perdas pelo saneamento e eficiência na irrigação, todas com abatimento nos valores cobrados. Informou que o processo de contratação da entidade delegatária da bacia está ocorrendo, com a recente divulgação do edital. O receio apresentado é que não há sustentabilidade financeira apenas com a cobrança no rio principal, de domínio da União. Portanto, é necessário expandir a cobrança para toda a bacia. Este CBH vive uma particularidade, na qual 3% do seu território, o Distrito Federal, corresponde a 80% da população da bacia e a maior parte da futura arrecadação. Portanto, o arranjo que se construiu não foi simples e foi necessário envolver fortemente os governos estaduais e do DF. A Sra Zeila perguntou quais eram os principais usuários, no que foi respondido que o principal é a empresa de saneamento do DF (cerca de 75%). Um dos representantes do CBH lembrou que o DF está na cabeceira da bacia. Informou ainda, que não há cobrança instituída no estado de Goiás, enquanto há cobrança em dois afluentes mineiros. Segundo ele, é contraditório, pois o estado de Goiás tem a maior representatividade territorial e ainda não se cobra. O Sr. Sílvio (SABESP) fez uma série de observações e questionamentos aos representantes do CBH, como o coeficiente que aplica desconto ao setor agropecuário de modo linear, sem avaliar a capacidade de pagamento dos usuários, sendo que o setor de saneamento não é favorecido pela mesma possibilidade, e o incentivo às boas práticas de uso racional da água, restritas aos setores industrial, da mineração e agroindustrial. Ele sugeriu que incluísse o setor de saneamento, que vem apresentando satisfatórios resultados em reúso de água. O Sr. Sílvio declarou, ainda, que a tabela do Art. 5º da Deliberação nº 61 do CBH Paranaíba está confusa quanto ao coeficiente de desconto, ao confundir ponto percentual com porcentagem. Ademais, alertou quanto à necessidade em diferenciar o volume outorgado e efetivamente consumido, que em momento de crise hídrica são alterados. Assim, sugeriu incluir artigo que estabeleça, em caso de restrição de vazão, que o cálculo passe a adotar o novo valor de vazão. Sugeriu ainda, a inclusão de um indicador de desempenho relacionado aos valores arrecadados, tal qual utilizado no CBH PCJ. Na sequência, os representantes do CBH responderam aos questionamentos. Quanto ao desconto ao setor de irrigação, foi argumentado que a redução é vício do sistema em garantir valores mais baixos ao setor, apesar de que neste caso o desconto é menor que em outros CBHs. Quanto aos meios de prover descontos aos diversos setores usuários, isso foi resultado do grupo de trabalho, no qual cada setor debateu as melhores formas de incentivar o uso racional, segundo suas peculiaridades. O Presidente concluiu o debate informando que a matéria voltaria a ser discutida na próxima reunião, tendo como base a NT que está sendo elaborada pela ANA e contando novamente com a presença de representantes do CBH. Item 6 - Aprimoramento dos Mecanismos de Consulta e de Priorização da Aplicação dos Recursos Oriundos do Setor Elétrico: o Presidente informou que houve encaminhamento, na última reunião da CTCOB, em tentar realizar uma reunião conjunta com a CTPNRH para discutir a Resolução CNRH nº 70, que prevê uma consulta anual do CNRH junto aos CBHs, para que priorizem a aplicação dos recursos oriundo do setor elétrico, que são administrados pela ANA. A metodologia envolve um questionário contendo os 31 programas do PNRH e os consultados devem indicar as prioridades. Ele informou que, em geral, são poucos os que participam, talvez pelo fato da Secretaria Executiva do CNRH, devido a dificuldades logísticas, enviar apenas aos CBHs federais e CERHs, que representariam os CBHs estaduais. Há questionamento, principalmente pelo setor da sociedade civil, quanto à ausência de consulta aos CBHs estaduais. Houve alteração na metodologia para que a consulta seja bianual e que os CERHs devam se articular aos CBHs estaduais e consultá-los. Porém, segundo o Presidente, a participação continua reduzida. Houve a sugestão de fazer esta consulta, da próxima vez, em conjunto com a revisão das prioridades do PNRH. Para tanto, se faz necessário realizar reunião conjunta com a CTPNRH ou convidar sua presidente a participar da reunião da CTCOB. O Presidente informou que contactou a presidente da outra câmara, a Sra Jussara, que achou precoce

fazer a reunião conjunta sem ter alguma proposta redigida e que seria mais produtiva a participação do presidente de uma câmara na outra. O Sr. Geraldo sugeriu que a consulta seja feita também durante os próximos ENCOB. A Sra. Zeila sugeriu convidar a gerente da SRHU-MMA, Sra. Adriana, a fazer uma apresentação sobre a consulta das prioridades do PNRH e meios para aprimorar a consulta das prioridades de aplicação dos recursos do setor elétrico. A sugestão foi acatada pela Câmara. O Presidente solicitou ao Sr. Marco que verifique qual é o prazo para que as definições das prioridades cheguem à ANA. O Sr. Marco informou que os prazos foram definidos quando da revisão da Resolução CNRH 70 e estão contidos na Resolução CNRH 97. [Item 7 - Análise de critérios para o estabelecimento de mecanismos, valores e procedimentos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos - debater as sugestões e encaminhamentos do Seminário de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos](#): o Presidente fez um histórico da matéria, recordando que foi demanda dos conselheiros, que resultou em um Seminário, cujos resultados já foram discutidos e trabalhados, sob diversas metodologias, pelos membros da câmara e pelo relator. O relator apresentou o documento e a última metodologia utilizada, que foi sugerida na reunião anterior, na qual as sugestões foram divididas em três grupos: experiências de cobrança em curso; experiências futuras de cobrança e ambas as situações. O Sr. Marco sugeriu que a Câmara aguarde a conclusão do estudo da OCDE sobre instrumentos econômicos de gestão de recursos hídricos para prosseguir com a discussão sobre estas sugestões. Sugeriu ainda, que aqueles temas que fossem consenso poderiam avançar a discussão, enquanto que aqueles que geram maiores divergências aguardassem o término do referido estudo. A proposta foi acatada pela Câmara. [Item 8 - Assuntos Gerais / Encerramento](#): o relator informou que na próxima reunião haverá eleição para presidente e que esta era a última reunião presidida pelo Sr. Eduardo, que foi saudado e elogiado pelos membros da Câmara. Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Ata aprovada durante a 94ª Reunião da CTCOB, em 29 de setembro de 2016.

LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO  
Presidente

TARCISIO NUNES  
Relator